Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

13/09/2015

comunicação
& informação

INDICE

1. AÇÕES CORREGEDORIA
   1.1. JORNAL PEQUENO..... 1 - 2
2. COMARCAS
   2.1. JORNAL ATOS E FATOS..... 3
   2.2. JORNAL EXTRA..... 4 - 5
3. DECISÕES
   3.1. JORNAL ATOS E FATOS..... 6
   3.2. JORNAL O DEBATE..... 7
   3.3. JORNAL O PROGRESSO..... 8
   3.4. JORNAL PEQUENO..... 9
4. DESEMBARGADOR
   4.1. JORNAL ATOS E FATOS..... 10
   4.2. JORNAL O QUARTO PODER..... 11
   4.3. JORNAL PEQUENO..... 12
5. JUÍZES
   5.1. JORNAL O PROGRESSO..... 13 - 16
6. RÁDIO WEB JUSTIÇA
   6.1. JORNAL O IMPARCIAL..... 17
7. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
   7.1. JORNAL O PROGRESSO..... 18 - 19

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

A Justiça não estava para brincadeira esta semana. Condenou, a 11 anos de cadeia, o ex-prefeito de Sucupira do Maranhão, Benedito Sá. Outro que foi condenado foi o Unailson, de Serrano do Maranhão. Terá de devolver R$ 13 milhões aos cofres públicos. O problema é ele ter esse dinheiro todo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Governo garante manutenção do Fundo Especial de Segurança Pública

O Governo do Maranhão, por intermédio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), garantiu, a partir de ação acolhida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), mais recursos para a Segurança Pública no Estado com a manutenção do Fundo Especial de Segurança Pública (FESP). A PGE conseguiu reverter decisão do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública que julgava inconstitucional a Lei n.8.192/2004, que criou o FESP, responsável por prover recursos para reaparelhamento das forças de segurança do Estado e outras despesas da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP).

Só em 2013, o FESP arrecadou R$ 2.350.944,36, o que contribui para um melhor aparelhamento estatal e consequentemente para o bom desempenho da Segurança Pública do Estado.

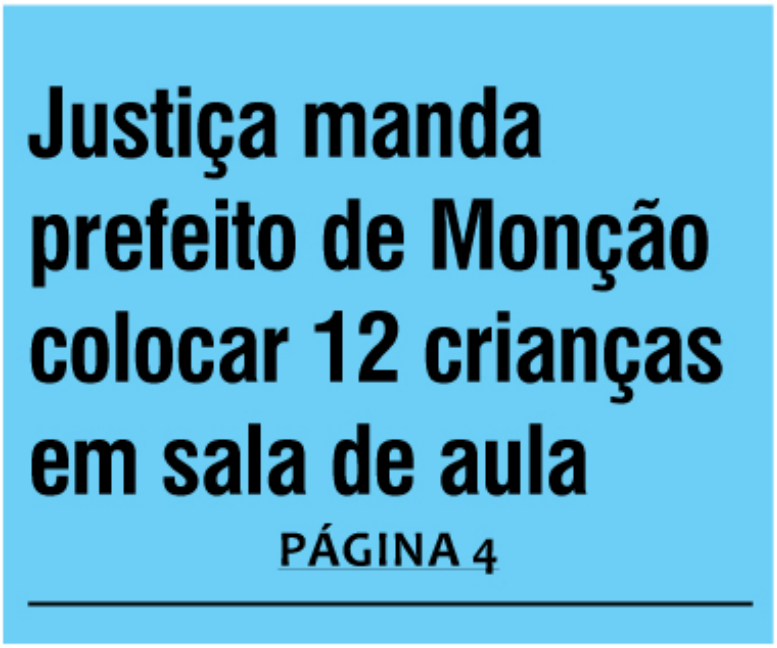
Para o procurador geral adjunto para Assuntos Judiciais da PGE, Vanderley Ramos, com a manutenção deste Fundo, que estava ameaçado por uma decisão judicial, "a Secretaria de Segurança terá mais uma fonte para buscar a aquisição de equipamentos de segurança".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

É o pai do desembargador José Bernardo Silva Rodrigues. A família organiza o Nhô Folia todos os anos, em homenagem ao patriarca, que era bem festeiro.

*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

PRAZO DE 30 DIAS

Em decisão liminar deferida pelo juiz Marcello Frazão Pereira, titular de Monção, o município foi condenado a incluir crianças e adolescentes do povoado da Vila São João na rede municipal de ensino público no prazo de trinta dias, sob pena de multa.

Justiça manda prefeito de Monção colocar 12 crianças na escola do ensino público

A decisão é resultado de uma ação civil pública, em virtude de 12 crianças e adolescentes do referido povoado não terem educação oferecida pelo município. O Município de Monção respondeu, através de ofício, que já existe uma escola nova e mobiliada para o início do ano letivo de 2015, com distância de 3 quilômetros do povoado Vila São João. Sobre isso, o Ministério Público comprovou que no povoado Martiliano existe um prédio para funcionamento de uma escola, mas que se encontra fechado e com estrutura externa incompleta.

"Para o caso em questão, entendo que a medida liminar, além de plenamente cabível, poderá ser apreciada sem a oitiva do réu, pois se trata de medida que a assegurar o direito fundamental preceituado em nossa Carta Magna, quer seja, a educação", destaca o juiz na sentença. E continua: "Frise-se que a presente ação busca garantir que as crianças residentes no Povoado da Vila São João, neste município, tenham acesso à rede pública municipal de ensino, o que constitui prioridade absoluta, visto que se destina ao desenvolvimento, à inserção social e à futura qualificação para o trabalho".

Justiça manda prefeito dá um jeito de colocar as doze crianças em sala de aula

O magistrado cita a Constituição Federal, no artigo 6º, e ressalta que a educação é um direito social de suma importância, posto que é por meio da educação e do ensino que se prepara a criança, o adolescente e o adulto para o exercício da cidadania e, consequentemente, a proteção e a dignidade da pessoa humana. O Estatuto da Criança e do Adolescente também é citado pelo juiz.

Ao final, determina que o Município de Monção promova a inclusão de crianças e adolescentes do povoado de Vila São João na rede municipal de ensino público, no prazo de trinta dias, sob pena de multa de 5 mil reais por dia de descumprimento. O dinheiro arrecadado com a multa será revertido em favor do Fundo Estadual de Direitos Difusos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

• Recursos para a Segurança Pública

O Governo do Maranhão, por intermédio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), garantiu, a partir de ação acolhida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), mais recursos para a Segurança Pública no Estado com a manutenção do Fundo Especial de Segurança Pública (FESP). A PGE conseguiu reverter decisão do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública que julgava inconstitucional a Lei n.8.192/2004, que criou o FESP, responsável por prover recursos para reaparelhamento das forças de segurança do Estado e outras despesas da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Rádio Web Justiça do Maranhão atrai quase 12 mil ouvintes em um só dia

No dia 4 de setembro passado, uma sexta-feira, a Rádio Web Justiça do Maranhão foi acessada 11.819 vezes, das quais 6.671, simultaneamente, durante a transmissão ao vivo da sessão das Segundas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça (TJMA).

A audiência recorde da emissora foi registrada pelo servidor próprio - o computador que controla os acessos à rádio na Internet. Os números incluem as visitas feitas diretamente ao Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br), aos sites www.radios.com.br, www.tunein.com e aos aplicativos Radiosnet e Tunein. O crescimento do interesse do público pela emissora já havia sido registrado desde a migração para um servidor de aplicação próprio, no começo de julho. No mês seguinte, a Rádio Web Justiça do Maranhão já havia sido ouvida 25.290 vezes, número quase doze vezes maior do que a audiência desde a inauguração, em 13 de maio, até 3 de julho, período em a emissora esteve hospedada em um site gratuito.

COMO OUVIR

A Rádio Web Justiça do Maranhão pode ser acessada por desktop, tablet ou celular, por meio dos sites e aplicativos citados anteriormente. No www.tjma.jus.br, basta clicar no banner da rádio. Nos sites www.radios.com.br e www.tunein.com, a conexão se dá por meio de busca com os termos "Rádio Web Justiça do Maranhão" ou "Rádio TJMA".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Governo do Estado garante manutenção do Fundo Especial de Segurança Pública

O Governo do Maranhão, por intermédio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), garantiu, a partir de ação acolhida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), mais recursos para a Segurança Pública no Estado com a manutenção do Fundo Especial de Segurança Pública (FESP). A PGE conseguiu reverter decisão do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública que julgava inconstitucional a Lei n.8.192/2004, que criou o FESP, responsável por prover recursos para reaparelhamento das forças de segurança do Estado e outras despesas da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP).

Só em 2013, o FESP arrecadou R$ 2.350.944,36, o que contribui para um melhor aparelhamento estatal e consequentemente para o bom desempenho da Segurança Pública do Estado.

Para o procurador geral adjunto para Assuntos Judiciais da PGE, Vanderley Ramos, com a manutenção deste Fundo, que estava ameaçado por uma decisão judicial, "a Secretaria de Segurança terá mais uma fonte para buscar a aquisição de equipamentos de segurança".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

LEI DOS BARES: O DEBATE NAO ACABOU!

P5c1

Os vereadores arquivaram o projeto que alterava a lei, mas a polêmica continua

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DEPOIS DO ARQUIVAMENTO

"Lei dos Bares" ainda repercute e a fiscalização será mais intensa

Hemerson Pinto

O assunto ainda repercute e será tema de muitas discussões pela frente. Até um novo título ela poderá receber. Em entrevista a **O PROGRESSO**, o vereador e presidente da Câmara Municipal de Imperatriz, José Carlos Soares Barros, chamou de 'Lei Maria das Graças' a lei 1.110/2004, que trata sobre a regulamentação do horário de funcionamento dos bares, similares e lojas de conveniência na cidade de Imperatriz.

Nas últimas semanas, a cidade viveu momentos, podemos dizer até mesmo tensos, durante os debates em torno da proposta de ampliação do horário limite de funcionamento das casas de shows e (ou) boates das 2h para as 4h da manhã. Reuniões, mais reuniões e o adiamento de uma votação que acabou não acontecendo. Tudo foi resolvido, pelo menos por algum tempo, com o arquivamento do projeto de alteração na lei.

Maria das Graças Carvalho de Sousa é a juíza aposentada Maria das Graças, que há três anos preside o Comitê da Cidadania. O movimento ganhou nome e força justamente no momento em que a sociedade imperatrizense se organizava em dois grupos, um a favor da mudança de horário e outro contra. A juíza ofereceu o Comitê para ajudar a parcela que buscava a reprovação da proposta. Em pouco tempo (questão de dias), o movimento recebeu novas adesões, se fortaleceu e conseguiu o objetivo. Não sozinho, mas representando as pessoas, entidades, instituições que defenderam a causa.

Pela redação de **O PROGRESSO**, a juíza aposentada ficou sabendo sobre a citação do nome dela substituindo no pronunciamento do vereador o título 'Lei dos Bares'. "Recebo com muita alegria essa notícia, representa o retorno pela contribuição nesse debate", comentou. Maria das Graças aproveitou para falar sobre os próximos passos do movimento, que devem a partir desta semana garantir fiscalização eficaz pela obediência dos donos de bares, casas de shows, boates e demais estabelecimentos do ramo ao horário de 2h da manhã.

"O propósito agora é continuar mobilizado para o acompanhamento da fiscalização da lei. Vamos estar juntos. Fomos com o promotor (Jadilson Cirqueira – Meio Ambiente), junto ao prefeito, pedir que o prefeito regulamente a lei e nomeei uma comissão de fiscalização que deverá envolver (além de outros órgãos) Polícia Militar, Polícia Civil", revelou.

Sobre o arquivamento, o prefeito Madeira respondeu: "A sociedade, a população, sempre tem preferência. Como a população foi contra, a Câmara foi sensível ao apelo da população". Interrogado se era contra ou a favor da alteração no horário de funcionamentos das casas noturnas, o prefeito de Imperatriz concluiu: "Não sou contra, nem a favor. Sou prefeito de uma cidade e tenho que administrar as pressões e contra pressões".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Promotoria - Como a juíza afirmou anteriormente, em reunião com o prefeito houve participação do promotor do Meio Ambiente, Jadilson Cirqueira. À nossa reportagem o promotor afirmou que se comprometeu a ajudar na elaboração da regulamentação da lei. "Tem alguns pontos que precisam ser especificados", referindo-se, por exemplo, ao trecho onde cita bares, casas de shows e similares. Segundo o promotor, é preciso a lei definir o que é similares, o que 'interesses públicos' e outras questões. Jadilson disse que o Ministério Público vai acompanhar tudo de perto. "O sossego público tem que prevalecer", finalizou.

Vereadores - João Silva e José Carlos foram os vereadores autores da proposta de ampliação do horário de funcionamento, depois de ouvirem o apelo de empresários do ramo. "Essa matéria foi de autoria minha e do vereador José Carlos, a Câmara recebeu e enviou para a Comissão de Justiça e Redação, presidida por Chiquim da Diferro. Ele deu parecer favorável, assim como a Comissão do Solo e Meio Ambiente, presidida por Rildo Amaral. Nesse momento passa a ser de autoria das comissões. No mesmo momento, ele, Chiquinho da Diferro, veio com o pedido de arquivamento. O vereador ficou com medo da pressão popular. Eu queria que ela fosse votada e não arquivada, por isso não assinei o requerimento. Foi uma maneira que acharam de se cobrirem para não saber quem votaria contra ou a favor. Peço ao Comitê da Cidadania e à sociedade que se organizem para acabarem com as bocas de fumo", disse João Silva.

O vereador acrescentou: "Quando esta matéria voltar, quero estar vivo e com mandato pra votar. Tem muito cidadão que depende da noite para o sustento".

De acordo com o presidente da Câmara, José Carlos, "a lei foi criada em 2004, quando Imperatriz ainda tinha vida noturna. De 2004 para cá, a cidade perdeu a vida noturna com as boates fechando. Ficaram alguns empresários lutando para que seu movimento continue. E como no Brasil todo, as faculdades, as novelas, o futebol terminam por volta de meia noite, as boates ficam esperando esse público que se diverte depois da meia noite e ninguém aguenta investir um milhão para estruturar essas boates e ter duas horas de funcionamento".

Segundo ele, o que prejudicou o debate foi a seguinte confusão: "A lei foi contaminada pela questão bar e conseguiram essa mudança (nos discursos), apenas bar, bar bar. É lei da regulamentação do terceiro turno de trabalho, e nela está prevista a regulamentação de som automotivo, horário de lojas de conveniências, restaurantes, pizzaria. Nossa função é representar quem nos procura. O que a Câmara fez: fomos procurados por empresários da noite, que também são cidadãos de bens, honestos, trabalhadores. Em 2016 vamos sentar com os empre-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

sários e tentar fazer de Imperatriz uma cidade tranquila, sem violência, mas sem tirar o pão do trabalhador da noite", declarou.

Outro vereador, Aurélio Gomes, diz que a realidade de Imperatriz é bem diferente de cidades maiores e de capitais no que diz respeito ao investimento em segurança pública. "O Maranhão tem o menor índice de policiais por habitantes. Então falta segurança. Iríamos deixar os imperatrizenses vulneráveis a qualquer tipo de crime. Entendemos que Imperatriz não está preparada para deixar esses estabelecimentos abrirem até mais tarde".

Ele lembrou que um dos fatores decisivos para o arquivamento da proposta foi a união da sociedade civil com as igrejas católica e evangélica, Rotary, maçonarias, clubes de mães, associações de moradores, forças de segurança, Ministério Público, defensoria pública. O que ficou mais notório após o ataque sofrido pelo bispo da diocese em uma rede social.

O ex-presidente da Câmara, vereador Hamilton Miranda, também comentou o assunto. Na opinião dele, uma nova proposta de votação só poderá ser feita na próxima legislatura. Ele foi a favor do arquivamento assinando o requerimento juntamente com mais 15 vereadores. "A aprovação traria transtornos, prejuízos, principalmente quando falamos na questão da segurança pública. O que precisamos é preservar o sossego público. Até duas horas eu já achava muito, imagine até as 4h da manhã. O município vai ter que cumprir a fiscalização", declara.

Comitê - Segundo a juíza Maria das Graças, o secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente do Município de Imperatriz, Richard Seba, foi chamado pelo prefeito Sebastião Madeira e compareceu à reunião com a magistrada e o promotor de Meio Ambiente, onde foi colocado a par da situação e do desejo do movimento em ver a fiscalização pelo cumprimento do horário de encerramento das atividades previsto em lei.

A juíza citou dois exemplos que podem ser uma forma de conscientização alcançada com o debate: o dono de casa de eventos que anunciou a abertura das atividades mais cedo em seu estabelecimento comercial e alguns jovens que começaram a postar em redes sociais fotos com cartazes anunciando a possibilidade de irem mais cedo aos eventos.

O Comitê da Cidadania informou que vai se envolver com outras questões na cidade, como os problemas enfrentados pelos moradores do bairro Santa Inês, que na busca por soluções para falta de infraestrutura e outras demandas resolveram se juntar à associação de moradores, fortaleceram a entidade e já conseguiram as primeiras conquistas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Escola Tiradentes recebeu festivamente Projeto Arte & Cidadania nas Escolas

Próxima escola a ser contemplada com o projeto é o CE Raimundo Soares da Cunha

Domingos Cezar

"Nós priorizamos a escola pública, por entender que os estudantes precisam compreender a necessidade de prosseguir com os estudos para que possam se formar na profissão de sua vocação". Com essa expressão, o juiz Delvan Tavares, da Vara da Infância e Juventude, se dirigiu aos alunos da Escola Municipal Tiradentes, situada no Parque do Buriti.

Alunos e professores receberam com festa, na manhã dessa sexta-feira (11), o projeto Arte & Cidadania nas Escolas, sob a tutela da Fundação Cultural de Imperatriz – FCI, coordenação do poeta/cantador Zeca Tocantins e do juiz Delvan Tavares. Crianças e adolescentes, em atitude de respeito, ouviram a palestra ministrada pelo magistrado abordando o tema cidadania.

Motivando os alunos a se aprofundarem nos estudos, Delvan Tavares observou que aqueles alunos são o futuro desse município. "Vocês certamente serão futuros juízes, advogados, médicos, engenheiros, vereadores e quem sabe até o prefeito, depende de cada um de vocês", afirmou Delvan, lembrando que o projeto tem como finalidade afastar crianças e adolescentes dos vícios e da prostituição.

No momento cultural, Zeca Tocantins comandou alegrando a todos, contando causos e versos, também contando com a participação do cantor Ed Franklin, que recebeu o aplauso de todos ao cantar a música "Ave de Arribação", do saudoso Neném Bragança. Os professores receberam livros de autores locais, bem como alguns alunos que foram premiados com CDs e livros.

A Escola Tiradentes tem como gestora a professora Helena Vaz Lima e como vice-gestora a professora Hildimar Feitosa de Paula e como coordenadoras as professoras Maricilde Jane, Gildete Costa Farias e Deusivan Sousa. Na próxima sexta-feira (18), a partir das 15h30, o Centro de Ensino Raimundo Soares da Cunha, que tem como coordenadora a professora Francisca Neide Ribeiro Silva, vai receber o projeto Arte & Cidadania nas Escolas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Escola Tiradentes recebeu festividade Projeto Arte & Cidadania nas Escolas

O juiz Delvan Tavares ministra palestra de cidadania

Fotos: Domingos Cezar

Comissária de Justiça presenteia as crianças com livro de Zeca Tocantins

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Representantes governamentais e vereadores fazem exaltação ao trabalho de Pavão Filho em lançamento de livro

Em concorrida solenidade realizada nesta manhã de sexta-feira (11), no plenário Simão Estácio da Silveira da Câmara Municipal de São Luís, o vereador Pavão Filho (PDT) autografou o livro "Conheça Seus Direitos, Exerça Sua Cidadania", uma coletânea de leis de sua autoria ao longo da trajetória como representante da população ludovicense.

Segundo o vereador, a obra tem entre seus objetivos dar conhecimento à população sobre os direitos conquistados ao longo de sua trajetória como parlamentar da capital São-luisense e servir como instrumento do cidadão no exercício do seu direito.

Representando o prefeito Edivaldo Holanda Junior, o secretário Municipal de Governo, Lula Filho, parabenizou o vereador pelo conteúdo do livro, destacando o lançamento da obra como "uma ocasião especial para Pavão e, sobretudo, para a cidade de São Luís".

Lula destacou ainda o trabalho realizado pelo vereador, a quem atribuiu a qualidade de "um parlamentar combativo, e uma prova disso está nessa obra que vem, entre outras ações suas, contribuir para o bem estar da comunidade".

O secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Marcelo Tavares, representando o governador Flávio Dino, destacou a trajetória de Pavão e afirmou: "sei que se trata de um grande parlamentar, que sempre fez boas leis, tanto na Assembléia Legislativa, quanto na Câmara Municipal de São Luís, e neste momento traz um conjunto de leis de grande importância para a cidade".

Tavares disse ainda que "com esse trabalho Pavão Filho procura fornecer para a população conhecimento sobre leis, ajudando a exercer sua cidadania, como já diz o próprio título do livro, que se trata de um a iniciativa benéfica para o cidadão, que passa a dispor dessa ferramenta de acesso a legislação".

O desembargador aposentado e historiador Milson Coutinho, autor do prefácio de "Conheça Seus Direitos, Exerça Sua Cidadania" define o autor do livro como "um legislador atento, estudioso e conhecedor das leis pátria".

Participaram do lançamento da obra do vereador Pavão Filho, além dos representantes do governador e do prefeito, fizeram parte da Mesa Diretora dos trabalhos o secretário de Comunicação do Governo, Robson Paz, e os secretários municipais Geraldo Castro, Júlio França, Olímpio Silva, Diogo Lima, Antonio Araújo, o diretor de ralações institucionais da FIEMA (Federação das Indústrias do Estado do Maranhão), Roberto Bastos, representando o presidente da entidade Edilson Baldez, líderes comunitários os vereadores Barbosa Lages, Marquinhos Silva, Nato Sena, Osmar Filho , que fizeram uso da palavra para exaltar o trabalho do colega de plenário.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Edivaldo Holanda Júnior

Escreve artigo publicado aos domingos no Jornal Pequeno.

Todos por São Luís!

Existe um fator primordial nas gestões públicas para o desenvolvimento das cidades, que é o diálogo com a população. Para além da garantia de uma administração democrática, participativa, esse instrumento auxilia no direcionamento das ações pontuais, permitindo uma atuação mais eficiente nas soluções de problemas cotidianos que requerem agilidade.

Convictos disto, adotamos em nossa gestão o programa Todos por São Luís, por meio do qual temos reforçado o diálogo com a população, ao mesmo tempo em que levamos semanalmente para uma região da cidade serviços nas áreas de saúde, capacitação, esporte e lazer, embelezamento, culturais, entre outros.

As ações desse Programa chegam à população por meio de uma extensa programação desenvolvida no decorrer da semana, quando são realizados os cursos e oficinas, além do reforço de serviços de recuperação de ruas, manutenção da rede de iluminação pública, capina, roçagem, remoção de lixões, poda de árvores, entre outros. Às sextas-feiras, junto com o nosso secretariado e a coordenação do Programa, nos reunimos em uma mesa de conversa com os moradores da região, ouvindo os seus anseios e reclames, e dando os encaminhamentos necessários para a solução dos problemas mais imediatos apresentados. Aos sábados, dia D da ação, colocamos à disposição dos moradores do bairro atendido mais uma gama de serviços, viabilizados ainda por meio dos parceiros que apoiam essa iniciativa de sucesso, como o Governo

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

do Estado, Fiema, Senai, Exército Brasileiro, Tribunal de Justiça e a Vale. É um dia festivo nos bairros, de integração da comunidade, de promoção do incentivo à leitura e ao esporte, aguardado com muita expectativa pelos moradores.

A nossa primeira experiência com Todos por São Luís aconteceu na Praia Grande, região do Centro da nossa capital, em meados do mês de março. Mesmo com a chuva que caía sobre a cidade no dia, o evento foi um sucesso, o que entendemos como uma clara resposta de aprovação da sociedade da nossa opção pelo caminho do diálogo. De lá até hoje, o Programa alcançou mais de 120 bairros e um número superior a 100 mil pessoas atendidas por algum tipo de serviço, se consolidando desta forma ainda como uma importante ação de promoção da cidadania da nossa gestão. Ontem, na Vila Nova, região Itaqui-Bacanga, chegamos à 16ª edição dessa ação!

Ao passo em que ampliamos semanalmente as ações do Todos por São Luís, estamos adotando novos mecanismos para ampliar os canais de interlocução com a população, e mantê-la sempre próxima da gestão, participando dos debates e nos ajudando a superar os desafios e a construir a cidade que idealizamos.

Uma boa administração conhece a cidade e os seus problemas, e, para além dos dados estatísticos, andar e conversar com os moradores é a melhor maneira de obter essa informação.

Assim, sigamos juntos, todos por uma São Luís mais justa e igualitária socialmente.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Prefeito ostentação

Virou rotina a condenação de prefeitos e ex-prefeitos maranhenses por improbidade administrativa que, num palavreado mais popular, quer dizer "roubo". O último foi Ildézio Gonçalves de Oliveira, ex-prefeito de São Pedro da Água Branca, que teve ação movida pelo Ministério Público e acolhida pela Justiça por conta de convênio celebrado com a Secretaria de Educação do Estado, no valor de 85 mil reais para a compra de material didático. Como ficou escancarado para o Brasil e para o mundo, depois do escândalo promovido pela ex-prefeita de Bom Jardim, a educação é o setor em que mais os gestores enfiam a mão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos **Domingos**, quinzenalmente / jose.luiz.almeida@globo.com / www.joseluizalmeida.com

PAIS E FILHOS

Na obra O Complexo de Portnoy, de Philip Hoth, o personagem central da trama, Alexander Portnoy, além dos seus próprios conflitos, era obrigado a conviver com posições díspares e controvertidas dos próprios pais que, decerto, exerceram sobre ele uma forte inquietação moral. Assim é que, enquanto a sua mãe adotava a honestidade como prática de vida, o pai aconselhava-o a não ser burro como ele, advertindo-o para que não cassasse por beleza e nem por amor, mas por dinheiro.

É cediço que lições dessa natureza não se veem apenas nas obras ficcionais, já que essa criação distorcida tem-se verificado, infelizmente, em muitos ambientes familiares, razão pela qual os filhos, dependendo das posições dos pais em torno das questões morais, podem viver verdadeiros conflitos, que permearão toda a sua vida, com reflexos, quem sabe, na criação dos seus próprios filhos, resultando, inapelavelmente, na consolidação de uma geração com gravíssimos defeitos morais.

Todavia, não são muitos os pais que aconselham os filhos com tanta franqueza, como registrado na obra ficcional aqui mencionada, a casarem por dinheiro, abdicando do amor ou colocando-o em segundo plano; amor que, a juízo dos crédulos, como eu, deve permear a vida de um casal e, por consequência, da família que resultar da convivência.

Mas, decerto, há muitos e muitos pais que, com sua ação, com o seu modo de vida, com os seus (maus) exemplos, entremostram, deixam claro aos filhos que, nesse mundo, assim como na obra mencionada, o que vale mesmo é o dinheiro, e que por ele, e em face dele, tudo é permitido, tudo pode ser feito, pouco lhes importando os valores morais. Daí que, como todos testemunhamos, muitas são as relações marcadas pela brevidade, muitas são as famílias desfeitas, os lares sob escombros, exatamente porque não foram concebidos à luz do amor, mas das conquistas materiais que os tornam um ambiente pernicioso, onde prepondera o jogo de interesses, o afã de alcançar bens materiais, sejam quais forem os meios empregados.

Disso tudo resulta, não tenho dúvidas, a inviabilidade de as relações se prolongarem no tempo, sabido que, numa família, numa convivência entre duas pessoas, só o amor é capaz de fazê-las duradouras, quiçá eternas, até que a morte se encarregue de fazê-las fenecer, pois não se constrói uma família na base de ações perniciosas e volúveis, com esteio na perspectiva deletéria de que é preciso acumular as conquistas materiais sejam quais forem os meios, sejam quais forem as consequências.

A verdade é que, conquanto não sejam muitos os que aconselham tão diretamente os filhos, para que se conduzam pelo caminho condenável da relação conjugal por puro interesse material, há aqueles que, com sua ação, com o seu exemplo, com a sua prática de vida, deixam patente que, na busca frenética e incessante de bens materiais, conforme dito acima, vale qualquer coisa, mesmo que seja casar sem amor, por conveniência, por interesse, pouco importando as coisas do coração, as consequências de uma relação que se estabeleça em vista dos interesses mundanos.

Fico me perguntando, diante dessa realidade, e em face da magnífica obra ficcional a que me reportei acima, qual a família, na verdadeira acepção do termo, que se consolidará, definitivamente, que não seja com as suas bases fincadas no amor, no respeito e nos bons exemplos?

Não acredito, definitivamente, numa família construída à luz dos maus exemplos, na qual os cônjuges, ao invés do amor, apostam na esperteza, na perspectiva de levar vantagem a qualquer custo, à luz de práticas condenáveis, dos interesses escusos, cujo fator preponderante seja o interesse pecuniário, ou mesmo o poder, relegado o amor a segundo plano.

Admito que sou, sim, do tipo careta, do tipo démodé, pois, apesar dos exemplos, apesar de todas as dificuldades pelas quais passei e que, por vezes, passo na vida, ainda acredito no amor, no respeito e na consideração pela pessoa com quem divido as minhas inquietações, os meus sofrimentos, as minhas alegrias e tristezas.

Eu não ministro aos meus filhos ensinamentos outros que não sejam concebidos à luz do amor, do respeito e da consideração, os quais são, disso tenho certeza, a base de uma união duradoura e da construção de uma família.

Aquele que orienta os filhos a formarem uma família à luz de interesses menores e que não sejam em face do amor, orienta a construção de um castelo de areia, que será levado com o vento, que não resistirá à primeira intempérie.

Da mesma forma que não se orienta um filho a formar uma família com esteio no interesse econômico, não se pode, ademais, dar maus exemplos a eles, estimular a má conduta, emprestar aquiescência aos deslizes.

Não se constrói uma sociedade minimamente decente, ministrando conselhos daninhos aos filhos, ensinando-os, enfim, os meios para levar vantagem, em detrimento do semelhante e dos valores morais. Tenho proclamado, com ênfase e repetidamente, que não vale tudo, por exemplo, para ascender. Não vale tudo para vencer. Tudo neste mundo deve ter limite. O limite é a ética, a honra, o pudor.

Quero sonhar, sim. Quero que meus filhos sonhem, também. Eu os quero vencedores. Todavia, não os estimulo a vencer de qualquer jeito, sob os escombros de sua dignidade. A casa de pai deve, sim, ser a escola de filho. Mas deve ser uma boa escola. Uma escola decente, que o conduza pelos caminhos da honradez, da dignidade e da decência, diversa da escola de Marcelo Odebrecht, por exemplo, que, ao que se infere de suas próprias palavras, estimula na sua família a cumplicidade para realização do malfeito, ao admitir que prefere punir uma filha que denuncie o malfeito que a autora do deslize.

Os desejos do homem, a sua ambição, a sua volúpia pelo poder e pelos bens materiais não podem ser de tal monta que o levem à degradação moral, a ponto de sublimar o malfeito, como se os fins justificassem os meios.

Só para ilustrar, lembro que Sócrates, tido por muitos como o mais sábio dos homens, entendia que se encontrava mais próximo dos deuses quando menos desejava. Por isso, se orgulhava de viver uma vida modesta, sem ambição; e ambição, definitivamente, na minha concepção - e de muitos, importa dizer - tem limites.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação